

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SECIONAL DE SÃO PAULO

AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DE 2022

ABRIL DE 2023

We do better, come together

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECIONAL DE SÃO PAULO

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

CONTEÚDO

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Anexo I – Balanço patrimonial

Anexo II – Demonstração do resultado

Anexo III – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Anexo IV – Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Sumário das notas explicativas

1.	Contexto operacional	12
2.	Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis	12
3.	Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas	13
4.	Principais práticas contábeis	14
5.	Caixa e equivalentes de caixa	19
6.	Valores em cobrança	20
7.	Direito de uso de arrendamento	21
8.	Imobilizado	22
9.	Intangível	25
10.	Empréstimos e financiamentos	25
11.	Contribuições estatutárias	26
12.	Retenções contratuais	28
13.	Receitas – assistência financeira	29
14.	Provisão para riscos processuais	30
15.	Patrimônio líquido	30
16.	Receitas ordinárias	31
17.	Custo das receitas ordinárias	32
18.	Receitas extraordinárias	32
19.	Custo das receitas extraordinárias	33
20.	Despesas com pessoal	33
21.	Despesas administrativas e gerais	34
22.	Superávit do exercício	34
23.	Gerenciamento de riscos	34
24.	A Diretoria	35
25.	Trabalho voluntário	35
26.	Cobertura de seguros	36

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Diretores e Administradores da
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL DE SÃO PAULO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL DE SÃO PAULO** (“OAB” / “ENTIDADE”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL DE SÃO PAULO**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, conforme os princípios éticos relevantes, previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício comparativo.

O exercício comparativo findo em 31 de dezembro de 2021 foi por nós auditado, com o relatório do auditor emitido em 25 de abril de 2022 com ressalva sobre a ausência de divulgação do trabalho voluntário conforme exigido pela ITG 2002 (R1). Esse fato foi sanado, divulgado pela administração e registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade, cessar suas operações ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das atividades.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

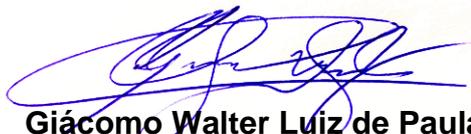
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2023.

PP&C Auditores Independentes
CRC2SP16.839/O-0



Giacomo Walter Luiz de Paula
CRC1SP243.045/O-0
Contador



SÃO PAULO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção de São Paulo

ANEXO I

Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em reais

ATIVO	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	182.272.848	138.744.924
Valores em cobrança	6	111.143.239	116.165.339
Contribuições estatutárias antecipadas		4.042.793	1.903.043
Adiantamentos diversos		4.113.547	791.283
Outros ativos		784.289	411.911
		302.356.716	258.016.500
Não Circulante			
Depósitos judiciais		334.898	189.186
Aplicações financeiras	5	1.685.185	3.722.222
Investimentos		71.741	71.741
Direito de uso de arrendamento	7	22.215.531	28.844.223
Imobilizado	8	160.528.276	159.494.420
Intangível	9	2.477.392	3.301.276
		187.313.023	195.623.068
		489.669.739	453.639.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SÃO PAULO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção de São Paulo

ANEXO I

PASSIVO	Nota	2022	2021
Circulante			
Empréstimos	10	1.685.185	2.569.985
Contribuições estatutárias:			
Conselho Federal	11.1	11.018.349	12.108.671
CAASP	11.2	20.597.569	23.692.024
Fundo Cultural	11.3	3.040.264	3.315.671
FIDA	11.4	2.203.670	2.228.178
Contas a pagar		6.947.392	6.072.842
Arrendamento/Locação	7	11.107.765	9.614.741
Provisão para férias e encargos sociais		4.937.877	8.594.656
Retenções contratuais	12	4.163.161	5.462.850
Receitas antecipadas	6.1	12.633.727	5.947.008
Receitas - assistência financeira	13	2.019.838	2.019.838
Obrigações sociais e fiscais a recolher		7.334.845	8.243.519
		87.689.642	89.869.983
Não circulante			
Empréstimos	10	-	1.685.185
Provisão para riscos processuais	14	8.847.645	9.178.403
Retenções contratuais	12	36.962.904	35.536.099
Arrendamento/Locação	7	12.411.138	19.229.482
Receitas - assistência financeira	13	39.851.586	41.871.424
		98.073.273	107.500.593
Patrimônio líquido	15		
Patrimônio social		190.310.296	165.894.415
Ajustes de avaliações patrimoniais		28.327.405	29.201.966
Superávits acumulados		85.269.123	61.172.611
		303.906.824	256.268.992
		489.669.739	453.639.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SÃO PAULO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção de São Paulo

ANEXO II

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas			
Ordinárias			
Anuidades pessoas físicas		324.824.259	315.152.790
Contribuições de pessoas jurídicas		956.493	2.053.397
Taxas e emolumentos		16.842.584	10.975.547
Inscrições		14.029.560	9.183.751
Multas e atualizações monetárias de anuidades		3.602.300	1.335.533
Trabalho Voluntário	25	189.611.204	-
	16	549.866.400	338.701.018
(-) Custo das receitas ordinárias	17 e 25	<u>(197.937.550)</u>	<u>(7.936.073)</u>
Receita ordinária líquida		351.928.850	330.764.945
Extraordinárias			
Serviços		72.360.015	67.352.542
Concursos		8.881.434	8.053.388
Financeiras		30.994.528	12.438.150
Diversas		13.127.790	12.715.864
	18	125.363.767	100.559.944
(-) Custo das receitas extraordinárias	19	<u>(71.267.271)</u>	<u>(61.789.175)</u>
Receita extraordinária líquida		54.096.496	38.770.769
Deduções das receitas			
Contribuições estatutárias		(112.490.388)	(106.086.039)
Provisão para perdas		<u>(14.808.239)</u>	<u>(15.950.224)</u>
		(127.298.627)	(122.036.263)
Receitas líquidas		278.726.719	247.499.451

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SÃO PAULO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção de São Paulo

ANEXO II

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas			
Despesas ordinárias			
Com pessoal	20	(144.035.106)	(144.009.288)
Administrativas e gerais	21	(96.801.988)	(85.045.012)
Outras despesas		<u>(5.955.624)</u>	<u>(2.316.483)</u>
		(246.792.718)	(231.370.783)
(-) Apropriações ao Fundo Cultural		9.917.440	9.025.649
Escola Superior de Advocacia		9.917.440	9.025.649
(-) Apropriações para custos			
Notas de débito - CAASP		7.169.242	3.323.748
Taxas e emolumentos - Cadastro e Sociedades		3.437.366	2.858.043
Copiadoras - locação de máquinas e materiais		1.801.761	1.254.622
Cobrança de anuidades pessoas físicas		1.127.932	1.017.556
Jornal da Advocacia e Exame de Ordem		<u>598.575</u>	<u>576.038</u>
		14.134.876	9.030.007
Despesas extraordinárias			
Financeiras		(7.410.830)	(4.864.398)
Outras		<u>(937.655)</u>	<u>(8.019.387)</u>
		(8.348.485)	(12.883.785)
Superávit do exercício		<u>47.637.832</u>	<u>21.300.539</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

ANEXO III

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2020	165.894.415	29.627.831	39.446.207	234.968.453
Realização da reserva de reavaliação		(425.865)	425.865	-
Superávit do exercício			21.300.539	21.300.539
Em 31 de dezembro de 2021	165.894.415	29.201.966	61.172.611	256.268.992
Transferência dos superávits do exercício (Nota 2)	24.415.881		(24.415.881)	-
Realização da reserva de reavaliação (Nota 15)		(874.561)	874.561	-
Superávit do exercício			47.637.832	47.637.832
Em 31 de dezembro de 2022	190.310.296	28.327.405	85.269.123	303.906.824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SÃO PAULO
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
 Seção de São Paulo

ANEXO IV

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em reais

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	47.637.832	21.300.539
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	22.451.712	19.572.758
Alienação de ativos	8 1.701.326	(8.066)
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	6 2.075.640	27.795.800
Atualização monetária - retenções contratuais	12 2.986.805	3.640.056
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10.1 780.518	687.929
Juros sobre arrendamentos	7 3.505.345	317.132
Provisão para riscos processuais	14.1 (330.758)	2.093.135
	80.808.420	75.399.283
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Cobrança	(4.244.422)	(5.457.086)
Anuidades a receber	7.190.882	(30.015.747)
Contribuição estatutária	(2.139.750)	889.551
Adiantamentos diversos	(3.322.264)	(112.376)
Outros ativos	(518.090)	698.609
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Contas a pagar	874.550	841.940
Contribuição estatutária	(4.484.692)	219.180
Receita diferida	(2.019.838)	(2.019.838)
Provisão para contingências	-	(2.424.971)
Receitas antecipadas	6.686.719	(2.779.848)
Provisão de folha	(3.656.779)	2.560.824
Obrigações fiscais	(908.674)	3.088.820
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	74.266.062	40.888.341
Fluxo de caixa de investimentos		
Investimentos e imobilizado	8 (12.714.850)	(19.015.361)
Intangível	(540.395)	(2.349.361)
Aplicação financeira	2.037.037	3.333.333
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(11.218.208)	(18.031.389)
Fluxo de caixa de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	10.1 (2.583.396)	(2.916.856)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	10.1 (767.107)	(1.004.155)
Direito de uso de arrendamento	7 (11.107.765)	(10.402.204)
Juros pagos sobre arrendamentos	7 (2.201.973)	(317.132)
Retenções contratuais - Mútuo CAASP	12 (2.859.689)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(19.519.931)	(14.640.348)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	43.527.924	8.216.605
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	138.744.924	130.528.319
No fim do exercício	182.272.848	138.744.924
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	43.527.924	8.216.605

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

1. Contexto operacional

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), constituída por meio do artigo 17 do decreto 19.408, de 18 de novembro de 1930, possui personalidade jurídica e forma federativa. Tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas, além de promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

Criada em 22 de janeiro de 1932, a Seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB SP) é a maior do País, com um contingente que ultrapassa 360 mil advogadas e advogados, além de 38 mil sociedades inscritas. A Entidade mantém mais de 120 comissões atuantes, entre permanentes e especiais, que desenvolvem importante trabalho de estudo e aperfeiçoamento da legislação, além de zelar pelo bom desempenho da profissão, contando com mais de 915 postos de atendimento espalhados por todo o estado de São Paulo, incluindo as 253 Subseções.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Interpretação Técnica – ITG 2002, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, o Estatuto da Advocacia e da OAB, instituído por meio da lei 8.906, de 4 de julho de 1994, o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e os Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, quando aplicável. Para a Entidade, não há diferenças entre o resultado abrangente do exercício e o resultado do exercício, dessa forma, a Entidade apresenta apenas a demonstração do resultado.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

A administração declara que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis, estão evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão.

Em 17 de abril de 2023, a administração da Entidade aprovou a emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de determinados instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, quando aplicável, os quais são mensurados por seus valores justos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda principal do ambiente econômico no qual a Entidade atua (“moeda funcional”), sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações contábeis, ela é convertida para o real (R\$) na data do fechamento.

3. Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis, a Entidade faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, significativamente, dessas estimativas. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas.

a) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

b) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas, quando aplicável, para levar os valores em cobrança a seu valor de recuperação, com base em um modelo de perda de crédito esperada. A Entidade estimou a perda de crédito esperada para valores em cobrança, definindo premissas com base em históricos de pagamentos do devedor e considerações sobre acordos financeiros, além de análises sobre fatores externos e macroeconômicos.

c) Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Entidade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados:

a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são avaliados pelo custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são factíveis às de mercado, estando ao seu valor justo e de realização.

As aplicações financeiras são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço (imune da retenção do imposto de renda) ou do valor da cota de fundo de investimento.

b) Valores em cobrança

Correspondem aos valores a receber de associados no decurso normal das atividades da Entidade. Os valores a receber são reconhecidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidos de provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”) para cobrir eventuais perdas esperadas na realização desses créditos.

A administração efetuou a mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais, definindo premissas com base em



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

informações históricas de pagamentos dos devedores e considerações sobre acordos financeiros, além de análises sobre fatores externos e macroeconômicos.

O cálculo do valor presente não resultou em valores relevantes, razão pela qual estes não foram contabilizados.

c) Imobilizado

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações acumuladas e da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando necessário.

A depreciação é substancialmente reconhecida no resultado, pelo método linear, com base nas taxas fiscais de depreciação, que se aproximam da vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente depreciado.

d) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem, prioritariamente, direito de uso de softwares e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, calculadas com base nas taxas anuais.

e) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes estão registrados pelos seus valores de aquisição, ajustados aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável.

f) Empréstimos

Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidas dos respectivos encargos incorridos até a data de encerramento do exercício.

g) Receitas de assistência financeira

Estas receitas correspondem aos valores recebidos por meio de assistência financeira do Conselho Federal, para a aquisição da nova sede do Conselho Secional e novas sedes de Subseções, sendo assim reconhecidas no resultado quando os critérios de exigência de reconhecimento das receitas forem atendidos, no caso, concomitantemente à efetivação da depreciação dos imóveis.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

h) Contribuições estatutárias

As contribuições estatutárias são devidas ao Conselho Federal, à Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo, ao Fundo Cultural e ao Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (FIDA), constituídas de acordo com os artigos 56 e 57 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e suas atualizações, sobre as receitas brutas mensais de anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias, considerando, inclusive, as correspondentes provisões para perdas, nos termos da lei 8.906/94, nos seguintes percentuais:

- 10% para o Conselho Federal;
- 20% para a Caixa de Assistência dos Advogados;
- 3% para o Fundo Cultural; e
- 2% para o FIDA.

Os passivos correspondentes são provisionados com base nas anuidades lançadas e não recebidas, líquidas das provisões para perdas constituídas.

i) Retenção contratual

A retenção contratual corresponde aos valores objeto de instrumento de mútuo pactuado junto à Caixa de Assistência dos Advogados, considerando repasses estatutários não efetivados nos anos de 2002 a 2003, corrigidos monetariamente.

j) Provisão para férias e encargos sociais

A provisão para férias é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até o final do exercício (engloba as férias vencidas e proporcionais) e inclui os encargos sociais incidentes.

k) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelos seus valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, acrescidos dos encargos e atualizações monetárias incorridos até a data do balanço.

As receitas antecipadas referem-se às anuidades do exercício de 2023, recebidas em 2022, as quais foram apropriadas ao resultado do exercício social subsequente.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

l) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte de suas disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, em que tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Entidade são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e valores a receber, classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros. Quando aplicável, juros, atualização monetária e variação cambial, menos perdas do valor recuperável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros não derivativos são inicialmente mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

Os principais passivos financeiros não derivativos reconhecidos pela Entidade são: empréstimos e financiamentos, contas a pagar, taxas, impostos, contribuições e obrigações sociais, retenções contratuais, receitas antecipadas e assistência financeira. Esses passivos financeiros geralmente não são negociados antes do vencimento.

m) Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são apropriadas segundo a sua natureza, com observância ao regime de competência.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

n) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro não são devidos, em virtude de a OAB SP gozar de imunidade tributária em relação aos seus bens, rendas e serviços, conforme disposto no artigo 150, parágrafo 2, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 5º do artigo 45 da Lei Federal 8.906/94, de 4 de julho de 1994.

o) Ajuste de avaliação patrimonial

Constituído com base nos laudos de avaliação dos imóveis preparados por empresas especializadas, conforme descrito na nota explicativa nº 15.

p) Arrendamento

A Entidade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado pela taxa dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis e arrendamentos que não foram pagos na data de transição, descontados usando uma taxa nominal única, baseada na taxa determinada no contrato (IPC-FIPE e IGPM-FGV).

A Entidade remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros do arrendamento, resultante de modificação em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

A Entidade aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos que incluem opções de renovação (o prazo por ela estimado foi de 3 anos). A assertividade da avaliação de se a Entidade pode exercer essas opções tem impacto direto no prazo do arrendamento, podendo afetar significativamente o valor do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso reconhecido. As opções de extensão e rescisão estão incluídas em diversos contratos de arrendamento da Entidade.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

q) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possuir uma obrigação real, legal ou constituída, como resultado de um evento passado, e for provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido, preparadas pela administração da Entidade e pelos seus consultores jurídicos, quando necessário.

r) Trabalho voluntário

Conforme estabelecido na Interpretação Técnica ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucro, a partir do exercício de 2013 passou a valorizar os trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensurados ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas e os custos com trabalhos voluntários estão sendo apresentados conforme nota explicativa nº 25.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2022	2021
Caixa	157.555	215.591
Bancos	4.748.928	6.407.361
Aplicações financeiras	179.051.550	135.844.194
	183.958.033	142.467.146
Ativo circulante	182.272.848	138.744.924
Ativo não circulante	1.685.185	3.722.222

As aplicações financeiras são compostas por fundo de investimento, aplicações em CDBs e poupança, e são representadas por valores de liquidez imediata, registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, remuneradas às taxas médias de mercado, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem modificação substancial de seus valores.

- Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são lastreados em DI, cuja remuneração varia entre 100% e 120% do CDI;
- Os Fundos de Investimentos estão alocados em carteiras diversas com rendimentos prefixados e com lastros de IPCA.



SÃO PAULO
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
 Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

Os rendimentos líquidos do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 21.124.702 (R\$ 8.437.223 em 2021), registrados nas contas de juros/rendimentos de aplicação e fundos, conforme demonstrado na nota nº 18.

6. Valores em cobrança

Descrição	2022			2021		
	Valores em cobrança	Provisão para perdas estimadas	Saldo líquido	Valores em cobrança	Provisão para perdas estimadas	Saldo líquido
Multa disciplinar	7.097.571	(7.097.571)	-	7.074.633	(7.074.633)	-
Anuidades						
2004 a 2016	113.191.702	(113.191.702)	-	126.200.297	(125.125.336)	1.074.961
2017	24.876.900	(23.633.055)	1.243.845	27.435.659	(23.320.310)	4.115.349
2018	25.846.386	(21.969.428)	3.876.958	32.202.427	(25.761.942)	6.440.485
2019	29.422.430	(23.537.944)	5.884.486	37.928.815	(26.550.170)	11.378.645
2020	37.567.304	(26.297.113)	11.270.191	52.693.370	(28.981.354)	23.712.016
2021	44.074.888	(24.241.189)	19.833.700	79.751.121	(15.950.224)	63.800.897
2022	74.041.197	(14.808.239)	59.232.957	-	-	-
Cartões de crédito	9.756.493	-	9.756.493	5.598.377	-	5.598.377
Jornal da advocacia	44.609	-	44.609	44.609	-	44.609
Outros valores a receber	743.663	(743.663)	-	680.295	(680.295)	-
	366.663.143	(255.519.904)	111.143.239	369.609.603	(253.444.264)	116.165.339

Os esforços contínuos da administração na gestão de recuperação da inadimplência vêm se intensificando, ao passo que se observa o crescimento da expectativa quanto à importância esperada para arrecadação. A evolução tem ocorrido mediante ações programadas e de efetivações pontuais.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base em modelo de perda de crédito esperada, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais prejuízos nos valores a receber na anuidade. A movimentação está demonstrada abaixo:

Descrição	Movimentação
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(253.444.264)
Adições – 2022	(14.808.239)
Adição/Reversão líquida de anos anteriores	12.732.599
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(255.519.904)

6.1 Receitas antecipadas

As receitas antecipadas no montante de R\$ 12.633.727 (R\$ 5.947.008 em 31 de dezembro de 2021) são recebimentos de anuidades com vigência para o exercício de 2023, recebidas de forma antecipada no exercício de 2022.



SÃO PAULO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

7. Direito de uso de arrendamento

Os arrendamentos nos quais a Entidade (como arrendatária) detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como direito de uso de arrendamentos, os quais são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato.

Durante o período de vigência contratual, os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício como despesa financeira.

As taxas utilizadas nos cálculos dos contratos foram o IPC-FIPE de 9,74% a.a. e o IGPM-FGV de 17,79% a.a.

A Entidade possui contratos de locações da Secional e Subseções e, a seguir, apresentamos a movimentação dos arrendamentos após a adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos:

Movimentação do Direito de Uso:

	Valor – R\$
Adoção inicial (31 de dezembro de 2021)	28.844.223
Novo carregamento	4.479.073
Depreciação do exercício	(11.107.765)
Direito de uso, líquido em 31 de dezembro de 2022	22.215.531

Movimentação do Passivo do Arrendamento:

	Valor – R\$
Adoção inicial (31 de dezembro de 2021)	(28.844.223)
Novo carregamento	(4.479.073)
Pagamento – Principal	11.107.765
Pagamento – Juros	2.201.973
Provisão de juros	(3.505.345)
Passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2022	(23.518.903)
Passivo de arrendamento circulante	(11.107.765)
Passivo de arrendamento não circulante	(12.411.138)



SÃO PAULO
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

8. Imobilizado

Descrição	Taxas (%) anuais de depreciação			2022	2021
		Custo corrigido	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos		28.804.152		28.804.152	28.710.152
Edifícios		128.348.100	(33.849.757)	94.498.343	91.883.676
Instalações	10	5.444.609	(4.400.449)	1.044.160	1.171.865
Móveis e utensílios	10	41.633.797	(25.584.274)	16.049.523	15.717.156
Veículos	20	245.736	(153.640)	92.096	133.636
Equipamentos de computação	20	28.352.884	(20.554.721)	7.798.163	7.058.611
Imobilizado em curso		12.241.839		12.241.839	14.819.325
		245.071.117	(84.542.841)	160.528.276	159.494.421

No exercício de 2016, a OAB SP promoveu tratativas de financiamentos destinados às construções e ampliações de outros 14 (quatorze) novos imóveis para abrigar sedes de subseções nas cidades de Aguaí, Guaratinguetá, Itápolis, Lençóis Paulista, Mairinque, Matão, Miracatu, Santa Fé do Sul, Santa Rita do Passa Quatro, São Pedro, São Sebastião da Gramma, Tatuí, Teodoro Sampaio e Itapetininga, tendo como objetos de garantia aprovados pelo Conselho Secional os imóveis localizados na Rua Maria Paula, nº 23, 29 e 35, esquina da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 258 e 264 – São Paulo, Capital, por meio de hipoteca, pelo valor de R\$ 4.742.960, vencida em 15 de abril de 2022, cujas providências de baixa/cancelamento junto a instituição bancária estão em trâmite.

Ainda no exercício de 2016, a OAB SP deu início à construção desses imóveis, sendo concluída em 2018.

O registro da hipoteca consta devidamente averbado junto ao 4º Cartório de Registro de Imóveis em 4 de maio de 2017, nos termos do instrumento de Cédula de Crédito Bancário emitida pela Instituição Financeira.

Em continuidade à expansão de suas instalações, a OAB SP promoveu, no curso de 2018, novas obtenções de financiamentos com Capital de Giro no montante de R\$ 10.000.000, destinados às construções, ampliações e reformas de outros 31 (trinta e um) imóveis que abrigam as sedes de subseções, com vencimento em 2 de outubro de 2023.

No exercício de 2018, a OAB SP deu início à construção dos imóveis das Subseções de Pinheiros e Sorocaba. Em 2019, iniciaram-se as obras para as Subseções de Tupã/Bastos, Boituva, Carapicuíba, Guaíra, Ibiúna, Mauá, Monte Alto, Ourinhos, Patrocínio Paulista, Pompéia, Santa Bárbara d'Oeste, Sorocaba e Ubatuba. Já para 2020, teve início a ampliação do imóvel de Itapeva. As obras



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

de Altinópolis, Carapicuíba, Monte Alto e Santa Bárbara D'Oeste continuam em andamento, com previsão de conclusão para 2023, sendo que as demais obras citadas foram finalizadas ou entregues em 2021.

Ainda, no exercício de 2021, a OAB SP deu início a novas construções, ampliações e reformas de imóveis para as Subseções de Araçatuba, Assis, Auriflora, Bragança Paulista, Catanduva, Franca, Itaquaquecetuba, Jaguariúna, Jundiá, Nhandeara, Osasco, Pederneiras, Santa Cruz do Rio Pardo, Santo André, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Manuel, São Sebastião, Sertãozinho, Taquaritinga, Tatuí e Taubaté. Dessa relação, as obras de Assis, Bragança Paulista, Pederneiras, São José do Rio Preto, Sertãozinho, Tatuí e Taubaté foram concluídas em 2022, conforme cronograma, ao passo que as demais têm expectativa de conclusão e entrega para o exercício de 2023.

As movimentações do ativo imobilizado estão assim apresentadas:



SÃO PAULO
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

	2022				
Descrição	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Terrenos	28.710.152	380.000	(286.000)		28.804.152
Edifícios	121.276.545	146.872	(350.001)	7.274.684	128.348.100
Instalações	5.284.270	160.339	-		5.444.609
Móveis e utensílios	38.840.396	3.130.013	(336.612)		41.633.797
Veículos	245.736	-	-		245.736
Equipamentos de computação	25.599.899	3.012.997	(260.012)		28.352.884
Imobilizado em curso	14.819.325	5.884.629	(1.187.431)	(7.274.684)	12.241.839
Custo	234.776.323	12.714.850	(2.420.056)	-	245.071.117
Edifícios	(29.392.869)	(4.457.212)	325		(33.849.757)
Instalações	(4.112.405)	(288.044)	-		(4.400.449)
Móveis e utensílios	(23.123.241)	(2.798.566)	337.532		(25.584.274)
Veículos	(112.100)	(41.539)	-		(153.640)
Equipamentos de computação	(18.541.288)	(2.394.307)	380.873		(20.554.721)
Depreciação	(75.281.903)	(9.979.668)	718.730		(84.542.841)
Imobilizado líquido	159.494.420	2.735.182	(1.701.326)	-	160.528.276

	2021				
Descrição	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Terrenos	27.177.027	1.533.125			28.710.152
Edifícios	103.853.939			17.422.606	121.276.545
Instalações	5.213.440	211.837	(141.007)		5.284.270
Móveis e utensílios	34.561.423	4.455.308	(176.335)		38.840.396
Veículos	225.978	53.480	(33.722)		245.736
Equipamentos de computação	21.376.803	4.321.887	(98.791)		25.599.899
Imobilizado em curso	23.802.207	8.439.724		(17.422.606)	14.819.325
Custo	216.210.817	19.015.361	(449.855)	-	234.776.323
Edifícios	(25.301.500)	(4.091.369)			(29.392.869)
Instalações	(3.989.633)	(263.780)	141.008		(4.112.405)
Móveis e utensílios	(20.779.552)	(2.516.753)	173.064		(23.123.241)
Veículos	(105.175)	(40.648)	33.723		(112.100)
Equipamentos de computação	(16.810.175)	(1.841.239)	110.126		(18.541.288)
Depreciação	(66.986.035)	(8.753.789)	457.921		(75.281.903)
Imobilizado líquido	149.224.782	10.261.572	8.066	-	159.494.420

Em 2021, as transferências somaram R\$ 17.422.606, relativas a obras finalizadas nas subseções das cidades de Aguaí, Bastos, Boituva, Guaira, Ibiúna, Mauá, Mogi Mirim, Ourinhos, Patrocínio Paulista, Pinheiros, Pompéia, Sorocaba e Ubatuba.

Em 2022, as transferências somaram R\$ 7.274.684, relativas a obras finalizadas nas Subseções das cidades de Santa Bárbara D'Oeste, Monte Alto, Tatuí, Carapicuíba, Guaira, Pederneiras, Taubaté, Altinópolis, Patrocínio Paulista e Mogi das Cruzes.



SÃO PAULO
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

9. Intangível

Descrição	Percentual de amortização anual	Custo		2022	2021
		corrigido	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de uso de software	20	11.816.137	(9.339.440)	2.476.697	3.300.581
Marcas e patentes		695		695	695
		11.816.832	(9.339.440)	2.477.392	3.301.276

10. Empréstimos e financiamentos

Descrição	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	1.685.185	4.255.170
	1.685.185	4.255.170
Circulante	1.685.185	2.569.985
Não circulante	-	1.685.185

10.1 Movimentação

Modalidade	Vencimento	Saldo inicial	Pagamentos	Juros		2022
				Provisionados	Pagos	Saldo final
Capital de giro (a)	out/23	2.851.852	(1.685.185)	554.032	(424.403)	1.296.296
Capital de giro (a)	jul/23	1.055.555	(666.666)	110.268	(110.268)	388.889
BNDES (b)	abr/22	347.763	(231.545)	116.218	(232.436)	-
		4.255.170	(2.583.396)	780.518	(767.107)	1.685.185

Modalidade	Vencimento	Saldo inicial	Pagamentos	Juros		2021
				Provisionados	Pagos	Saldo final
Capital de giro (a)	out/23	4.407.408	(1.555.556)	261.454	(261.454)	2.851.852
Capital de giro (a)	jul/23	1.722.222	(666.666)	77.820	(77.821)	1.055.555
BNDES (b)	abr/22	1.358.622	(694.634)	348.655	(664.880)	347.763
		7.488.252	(2.916.856)	687.929	(1.004.155)	4.255.170

10.2 Garantias

- a) Com finalidade de manutenção da operação, os empréstimos captados para capital de giro têm como garantia aplicações financeiras em fundo de investimento com vencimento em 2023 (*vide* nota explicativa nº 5).
- b) Financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) captado por meio do Santander S.A., para projeto de realocação de algumas sedes de subseções da OAB SP, com o objetivo de equacionar



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

a demanda atual de infraestrutura e atender a futuras necessidades de ampliação. Como garantias do empréstimo, foram concedidas as hipotecas do prédio e o respectivo terreno, situado na Rua Maria Paula, nº 23, 29 e 35, e durante o exercício de 2022, foi realizada a quitação referente ao financiamento em que foi solicitada a baixa/cancelamento ao 4º Cartório de Registro de Imóveis da Capital e Instituição bancária (*vide* nota explicativa nº 8).

10.3 Cláusulas contratuais restritivas (*covenants*)

A Entidade possui empréstimos e financiamentos bancários garantidos que contêm cláusulas restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro dessas cláusulas restritivas pode exigir que a Entidade pague os empréstimos e financiamentos antes da data indicada na tabela anteriormente apresentada.

As cláusulas restritivas (*covenants*) constituídas nos instrumentos de empréstimos e financiamentos da Entidade são operacionais e não financeiras, das quais a administração entende que não houve descumprimentos ou violações, estando adimplente com todas as cláusulas estipuladas nos contratos. Os *covenants* estão atrelados aos empréstimos junto ao banco Santander e BNDES.

11. Contribuições estatutárias

Os valores correspondentes aos exercícios anteriores serão quitados à medida que forem sendo recebidos.

11.1 Conselho Federal

Descrição	2022	2021
Provisões referentes às cobranças		
A receber com anuidades de 2016		107.495
A receber com anuidades de 2017	124.384	411.535
A receber com anuidades de 2018	387.696	644.049
A receber com anuidades de 2019	588.449	1.137.864
A receber com anuidades de 2020	1.127.019	2.371.202
A receber com anuidades de 2021	1.983.370	6.380.090
A receber com anuidades de 2022	5.923.296	
Do exercício de 2021		1.056.436
Do exercício de 2022	884.135	
	11.018.349	12.108.671

O saldo residual da contribuição devida do exercício de 2022, no montante de R\$ 884.135, foi quitado no início de 2023.



SÃO PAULO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

11.2 Caixa de assistência dos advogados de São Paulo – CAASP

Descrição	2022	2021
Provisões referentes às cobranças		
A receber com anuidades de 2016		214.992
A receber com anuidades de 2017	248.769	823.070
A receber com anuidades de 2018	775.392	1.288.097
A receber com anuidades de 2019	1.176.897	2.275.729
A receber com anuidades de 2020	2.254.038	4.742.403
A receber com anuidades de 2021	3.966.740	12.760.179
A receber com anuidades de 2022	11.846.591	
Do exercício de 2021		1.587.554
Do exercício de 2022	329.142	
	20.597.569	23.692.024

O saldo residual da contribuição devida do exercício de 2022, no montante de R\$ 329.142, foi quitado no início de 2023.

11.3 Fundo cultural

Descrição	2022	2021
Provisões referentes às cobranças		
A receber com anuidades de 2016		32.250
A receber com anuidades de 2017	37.315	123.460
A receber com anuidades de 2018	116.309	193.215
A receber com anuidades de 2019	176.534	341.359
A receber com anuidades de 2020	338.106	711.360
A receber com anuidades de 2021	595.011	1.914.027
A receber com anuidades de 2022	1.776.989	
	3.040.264	3.315.671

11.4 Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (FIDA)

Descrição	2022	2021
Provisões referentes às cobranças		
A receber com anuidades de 2016		21.499
A receber com anuidades de 2017	24.877	82.307
A receber com anuidades de 2018	77.539	128.810
A receber com anuidades de 2019	117.690	227.573
A receber com anuidades de 2020	225.404	474.240
A receber com anuidades de 2021	396.674	1.276.018
A receber com anuidades de 2022	1.184.659	
Do exercício de 2021		17.731
Do exercício de 2022	176.827	
	2.203.670	2.228.178



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

O saldo residual da contribuição devida do exercício de 2022, no montante de R\$ 176.827, foi quitado no início de 2023.

12. Retenções contratuais

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
CAASP mútuo 2002 e 2003	8.680.677	11.540.366
Atualização monetária	32.445.388	29.458.583
	41.126.065	40.998.949
Circulante	4.163.161	5.462.850
Não circulante	36.962.904	35.536.099

A operação refere-se ao saldo da dívida junto à Caixa de Assistência dos Advogados, negociada mediante o Instrumento Particular de Consolidação, Novação, Mútuo e Confissão de Dívida, de 23 de setembro de 2003, com primeiro aditamento em 3 de julho de 2008, incorporando o saldo residual de 2003 no montante de R\$ 1.683.058, segundo aditivo de 25 de fevereiro de 2013 e terceiro aditamento em 7 de fevereiro de 2018, oriundo de contribuições estatutárias não repassadas nos anos de 2002 e 2003, corrigidos monetariamente.

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Contrato de mútuo setembro/2003	34.672.177
(+) Aditamento 2008	1.683.058
(-) Pagamentos efetuados em 2006 a 2022	(27.674.558)
(=) Dívida (Principal)	8.680.677
(+) Total atualização monetária	32.445.388
(=) Saldo total atualizado	41.126.065
Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro 2021	40.998.949
(+) Atualização monetária do exercício	2.986.805
(-) Pagamentos efetuados	(2.859.689)
Saldo em 31 de dezembro 2022	41.126.065

Os saldos são atualizados com base no índice de variação do IPC-FIPE.

A atual Diretoria estuda a extinção/renegociação do referido mútuo em conjunto com a Diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

13. Receitas – assistência financeira

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Assistência Financeira - Conselho Federal	41.871.424	43.891.262
Circulante	2.019.838	2.019.838
Não circulante	39.851.586	41.871.424

Compreende receita oriunda de subvenção para a aquisição de bens depreciables, relativa às retenções de 30% dos valores dos repasses estatutários devidos ao Conselho Federal, que objetivam a constituição de um fundo destinado à formação de reserva financeira para as aquisições da nova sede para o Conselho Seccional e seu respectivo auditório anexo, além de construções de novas sedes e modernizações para as Subseções de Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, Barueri e Socorro.

Com as inaugurações da nova sede da OAB SP, em agosto de 2014, e o auditório anexo da sede institucional da OAB SP, em agosto de 2018, ambos localizados na Rua Maria Paula, nº 35, além das inaugurações particularizadas das Subseções, as assistências financeiras passaram a ser reconhecidas no resultado do exercício pelos valores das depreciações dos imóveis, de acordo com o pronunciamento CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

Em 2019, as Diretorias da OAB SP e o Conselho Federal promoveram o devido encontro de contas relativo às retenções das cotas estatutárias dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, resultando no equacionamento dos saldos. Por decisão unânime, houve repasse pela OAB SP no valor de R\$ 11.074.537, ao passo que o Conselho Federal converteu 50%, compreendidos por R\$ 5.537.269, para investimentos em obras das Subseções do estado de São Paulo.

No resultado do exercício de 2022, foi reconhecida uma receita de R\$ 2.019.838 (R\$ 2.019.838 em 2021), decorrente da depreciação dos bens adquiridos para essas unidades.

O saldo a ser apropriado é composto da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Subvenção de 2008 a 2019	56.809.964	56.809.964
Depreciação de 2014 a 2022	(14.938.540)	(12.918.702)
Saldo a apropriar	41.871.424	43.891.262



SÃO PAULO
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

14. Provisão para riscos processuais

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Processos cíveis	5.251.030	5.435.747
Processos trabalhistas	3.463.145	3.609.186
Processos previdenciários	133.470	133.470
	8.847.645	9.178.403

As provisões são decorrentes de ações judiciais, cíveis, trabalhistas e tributárias e foram constituídas com base na opinião dos assessores jurídicos da OAB SP (risco provável) em montante considerado suficiente para absorver perdas decorrentes do desfecho dessas ações.

Existem outros processos avaliados pela administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 30.672.372, em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 15.505.879 em 2021), em processos cíveis, para os quais nenhuma provisão foi constituída.

14.1 Movimentação da contingência

<u>Descrição</u>	<u>Movimentação</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.178.403
Pagamentos / Baixas	(330.758)
Adições	-
	8.847.645

15. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto pelo superávit acumulado, conforme demonstrado no quadro das Mutações do Patrimônio Líquido.

No decorrer dos exercícios de 2004 a 2007, a OAB SP promoveu a reavaliação de imóveis da Entidade, representando aumento do seu Patrimônio Líquido. A realização dessa reserva de reavaliação, por sua depreciação correspondente, é assim representada:

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>			<u>2021</u>
	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Reserva 2004	3.298.420	(2.440.830)	857.590	989.527
Reserva 2005	837.797	(572.493)	265.304	298.815
Reserva 2007	32.514.262	(5.309.751)	27.204.511	27.913.624
	36.650.479	(8.323.074)	28.327.405	29.201.966



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

16. Receitas ordinárias

Descrição	2022	2021
Anuidades pessoas físicas	324.824.259	315.152.790
Contribuições de pessoas jurídicas	956.493	2.053.397
Taxas e emolumentos		
Carteiras brochuras de advogados	7.648.084	3.902.811
Cédula de identidade de advogados	2.880.017	1.601.468
Alteração de contrato social	3.155.140	2.600.850
Carteiras brochuras de estagiários	303.992	320.746
Cédula de identidade de estagiários	169.435	178.602
Averbação de contrato de advogados	806.277	791.812
Outras receitas	1.879.639	1.579.258
	16.842.584	10.975.547
Inscrições		
Inscrições de advogados	7.594.362	6.792.243
Inscrições de estagiários	320.512	335.199
Inscrições de sociedades	5.604.052	1.710.722
Inscrição suplementar de advogado	510.634	345.587
	14.029.560	9.183.751
Multas e atualizações monetárias de anuidades		
Multas de anuidades de advogados	1.438.310	1.081.931
Multas disciplinares	14.788	23.935
Multas de contribuições de sociedades	3.649	4.810
Atualização monetária de anuidade/contribuições	2.145.553	224.857
	3.602.300	1.335.533
Trabalho Voluntário		
Trabalho Voluntário - Diretoria	21.050.410	-
Trabalho Voluntário - Conselho	613.970	-
Trabalho Voluntário - TED	3.462.640	-
Trabalho Voluntário - Prerrogativa	3.592.991	-
Trabalho Voluntário - Comissões	81.357.254	-
Trabalho Voluntário - Cultural	79.533.939	-
	189.611.204	-
	549.866.400	338.701.018



SÃO PAULO
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
 Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

17. Custo das receitas ordinárias

Descrição	2022	2021
Custo cobrança anuidades PF	(4.717.938)	(4.819.643)
Custo cobrança taxas e emolumentos	(3.608.408)	(3.116.430)
Custo trabalho voluntário (nota explicativa nº 25)	(189.611.204)	-
	(197.937.550)	(7.936.073)

18. Receitas extraordinárias

Descrição	2022	2021
Concursos		
Inscrições de exame de ordem	8.881.434	8.053.388
	8.881.434	8.053.388
Serviços		
Copiadoras	594.653	631.349
Recebimento assistência médica – subseções	68.211.402	61.277.981
Cursos de curta duração	2.067.496	2.930.464
Cursos longa duração	646.841	1.138.018
Outras receitas	839.623	1.374.730
	72.360.015	67.352.542
Diversas		
Patrocínios/Doações ¹	4.973.465	9.126.436
Anúncio no jornal da advocacia	5.080	5.285
Baile da advocacia	1.658.318	10.000
Aluguéis para eventos	403.623	234.068
Arrendamento	88.696	46.069
Receitas com impressões	304.513	202.476
Outras receitas	5.694.095	3.091.530
	13.127.790	12.715.864
Financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras – CDB	10.667.237	4.829.685
Juros sobre anuidades do exercício	1.527.678	708.973
Juros sobre anuidades de exercícios anteriores	7.719.234	2.979.914
Rendimentos aplicações financeiras	1.412.267	340.731
Rendimentos fundos de investimentos	9.045.198	3.266.807
Outros	622.914	312.040
	30.994.528	12.438.150
	125.363.767	100.559.944

¹ Doações/Patrocínios para o desenvolvimento de projetos de promoção da memória e verdade em relação a violações aos direitos humanos ocorridas no Brasil durante a ditadura militar e respectiva instalação do Memorial da Luta pela Justiça, sendo em 2021 na monta de R\$ 6.385.000 (seis milhões, trezentos e oitenta e cinco mil reais) e no ano de 2022 na monta de R\$ 475.000 (quatrocentos e setenta e cinco mil reais).



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

19. Custo das receitas extraordinárias

Descrição	2022	2021
Custo Copiadoras	(1.801.761)	(1.254.622)
Custo Assistência médica – subseções	(66.797.681)	(59.986.942)
Custo Jornal da Advocacia	(130.982)	(139.855)
Custo Exame de Ordem	(428.407)	(407.756)
Custo Baile da Advocacia	(2.108.440)	(0)
	(71.267.271)	(61.789.175)

20. Despesas com pessoal

Descrição	2022	2021
Despesas com pessoal		
Ordenados	48.148.391	48.680.648
Vale-refeição	27.054.170	28.170.316
Assistência médica	24.112.511	25.234.907
Prêmios e gratificações	3.091.832	2.823.756
Vale-transporte	2.891.736	2.304.202
Serviços temporários	73.800	35.904
Horas extras	691.854	820.167
Remuneração de estagiários	649.816	571.582
Aprendizes	885.707	693.892
Auxílio-creche	381.060	335.431
Outras despesas	1.095.424	763.361
	109.076.301	110.434.166
Encargos sociais		
INSS funcionários	13.787.871	14.095.571
Férias	7.206.105	6.392.260
FGTS	6.302.475	6.182.561
13º salário	5.023.892	4.702.894
Outras despesas	2.638.462	2.201.836
	34.958.805	33.575.122
	144.035.106	144.009.288



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

21. Despesas administrativas e gerais

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços de terceiros – pessoa jurídica ²	40.484.453	35.875.818
Comunicação	6.482.238	5.650.317
Utilidades	6.624.130	5.285.606
Ocupações	3.547.325	5.545.398
Despesas com materiais	5.930.596	4.731.826
Serviços de terceiros – pessoa física	2.579.602	3.797.454
Depreciação	22.399.175	19.572.758
Despesas com viagens e locomoções	4.586.605	2.712.473
Despesas com alimentação	3.961.605	1.707.427
Outras despesas	206.259	165.935
	<u>96.801.988</u>	<u>85.045.012</u>

- ² No curso do exercício de 2021, foram impulsionadas as contratações de serviços terceirizados relacionados a limpeza, segurança, asseio e zeladoria, cujo estudo teve como base empresas que atendam a todo o Estado, de modo a ampliar o alcance dessas prestações de serviços no âmbito das Subseções com menor onerosidade possível para a advocacia. A terceirização dos serviços de *facilities* vem ao encontro de medidas para equalização dos custos com folha de pagamentos, objetivando, dentre outras frentes, atender ao Provimento nº 185/18 pelo E. Conselho Federal.

22. Superávit do exercício

As movimentações das despesas do exercício de 2022 tiveram um acréscimo de R\$ 15.421.935 (6,67%) sobre o exercício de 2021, ao passo que as receitas líquidas do exercício de 2022 tiveram um acréscimo de R\$ 31.227.268 (12,62%) sobre o exercício de 2021. Contudo, tais cenários demonstram preservação do equilíbrio econômico-financeiro das contas no período.

23. Gerenciamento de riscos

A administração é realizada por meio de estratégias operacionais, e o gerenciamento de instrumentos financeiros da Entidade visa liquidez, rentabilidade e segurança. De acordo com a natureza dos instrumentos financeiros, as operações podem envolver riscos conhecidos ou não, sempre de acordo com o melhor julgamento da Entidade na avaliação dos potenciais riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

O principal fator de risco da Entidade está ligado à liquidez. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade, que monitora continuamente a liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

a) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é efetuada pela administração, que monitora continuamente a liquidez, para assegurar que a Entidade tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento de metas internas e, quando aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

b) Risco de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Para os contratos em empréstimos e financiamentos, a Entidade não tem pactuado contratos de derivativos para *hedge* ou *swap* contra esse risco. Porém, ela monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de mitigar eventuais riscos de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

24. A Diretoria

A OAB SP é administrada por uma Diretoria composta por Presidente, Vice-Presidente, Secretária-Geral, Secretária-Geral Adjunta e Tesoureiro, eleita na segunda quinzena do mês de novembro do último ano de mandato (triênio), juntamente com os membros do Conselho Secional de São Paulo, por cédula única e votação direta da advocacia regularmente inscrita. Os diretores não recebem nenhum tipo de remuneração no exercício de suas atividades pela Entidade.

25. Trabalho voluntário

Em atendimento à Resolução CFC nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprova a NCB ITG 2022 – Entidades sem Finalidade de Lucros, o trabalho voluntário (trabalho recebido e não pago) deve ser reconhecido pelo valor justo



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

da prestação do serviço recebido, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Foram levantados os trabalhos junto às áreas correlatas, e a Entidade procedeu ao registro contábil conforme exigido.

A mensuração do trabalho voluntário foi efetuada com base nos valores praticados por profissionais, baseados na tabela de salários de advogados divulgada pelo Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo.

A avaliação do trabalho voluntário, levando em conta os critérios acima comentados, é demonstrada a seguir:

Base para mensuração - 2022	Horas Ano	Valor Hora	2022
Diretoria	728.640	28,89	21.050.410
Conselho	21.252	28,89	613.970
TED	119.856	28,89	3.462.640
Prerrogativa	124.368	28,89	3.592.991
Comissões	2.816.104	28,89	81.357.254
Cultural	2.752.992	28,89	79.533.939
			189.611.204

Tomando como base de ponto de partida os elementos apurados de 2022 e para efeito de comparabilidade com o período anterior, em mesma base de horas, o valor de melhor estimativa corresponde em R\$ 170.988.441.

26. Cobertura de seguros

É política da administração manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, com base em informações de consultores especializados.



SÃO PAULO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Em reais

Maria Patrícia Vanzolini Figueiredo

Presidente

Leonardo Sica

Vice-Presidente

Daniela Marchi Magalhães

Secretária – Geral

Dione Almeida Santos

Secretária – Geral Adjunta

Alexandre de Sá Domingues

Tesoureiro

Rodrigo Colombani Bianchin

Contador CRC01SP290.872/O-5